

**TJMG**

**I N F O R M A T I V O**

# TJ em ritmo de Conciliação

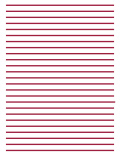
Mais uma vez, seguindo diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça participa da 3ª Semana Nacional pela Conciliação, entre os dias 1º e 5 de dezembro. O movimento, criado em 2006, já se tornou permanente e incentiva a conciliação, caminho rápido na solução de litígios e consequente redução do volume de processos em andamento. O TJMG convoca todas as comarcas do Estado a participarem de mais essa Semana para que o índice de acordos em Minas supere os números obtidos no ano passado.

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - NOVEMBRO - 2008**  
**ANO 14 - NÚMERO 133**

Páginas 6 e 7





## “Conciliar é: Tudo de bom. Todos de bem”

Em Minas Gerais, a Semana da Conciliação de 2008, de 1º a 5 de dezembro, contará com mais uma iniciativa inovadora: o Magistrado Conciliador. Essa é uma ação da Corregedoria-Geral de Justiça, atualmente em funcionamento na comarca da capital, que transforma a experiência de desembargadores e juízes aposentados em potencial para a promoção do acordo em processos das varas cíveis. O trabalho é voluntário e já conta com a adesão até mesmo de ex-presidentes do TJMG, como os desembargadores Márcio Aristeu Monteiro de Barros e Márcio Antônio Abreu Corrêa de Marins.

A novidade só vem confirmar o empenho do Judiciário mineiro na busca da solução pacífica dos conflitos. Outras ações já se encontram em pleno funcionamento, como as Centrais de Conciliação, regulamentadas em 2003, que buscam o acordo em processos já ajuizados. Já os Juizados de Conciliação, que são informais, oferecem, na própria comunidade, apoio na solução de conflitos de forma rápida, eficaz e gratuita, evitando que os atritos se transformem em novos processos judiciais.

Na Central de Conciliação de Precatórios (Ceprec), expectativas de pessoas que ganharam ações na Justiça contra entes públicos estão sendo atendidas. Além das audiências na capital, uma equipe da Assessoria de Precatórios (Asprec) tem se deslocado para o interior, realizando acordo entre os credores e municípios. Precatórios do Estado vencidos de 1995 a 2002 já foram quitados nos últimos dois anos.

A lei que instituiu os Juizados Especiais já sinaliza, como premissa, a tentativa de acordo. Essa recomenda-

ção legal tem sido observada pela equipe desse segmento do Judiciário, o que pode ser comprovado nos resultados obtidos. Desde a criação dos Juizados, foram propostas mais de 5 milhões de ações, tendo sido solucionadas 89% das demandas. Por isso, pesquisa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) aponta os Juizados Especiais como a 3ª instituição de maior credibilidade do país, com índice de 71%.

Para divulgar ações bem-sucedidas, incentivar a cultura da paz e promover mutirões de conciliação, o Tribunal de Minas adere, mais uma vez, à Semana da Conciliação, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O presidente do TJ, desembargador Sérgio Antônio de Resende, e o presidente da Comissão responsável pelo planejamento da Semana da Conciliação, desembargador Antônio Armando dos Anjos, encaminharam ofício a todos os magistrados, solicitando comunicação sobre a adesão ao movimento até o próximo dia 10 de novembro.

A meta do Tribunal para este ano é melhorar os índices de conciliação, em relação aos obtidos no ano passado, que foram em torno de 41%. Para atingir esse objetivo, a recomendação é no sentido de que sejam agendadas audiências em processos passíveis de conciliação. O êxito irá servir de estímulo, para que a busca do acordo seja uma constante na Justiça de Minas e para que a sociedade esteja cada vez mais aberta ao diálogo, pois, como lembra uma das frases, que obteve menção honrosa no concurso interno do TJMG: “Conciliar é: Tudo de bom. Todos de bem”.

## EXPEDIENTE

### Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

**Presidente:** Sérgio Antônio de Resende;

**1º Vice-Presidente:** Cláudio Costa;

**2º Vice-Presidente:** Reynaldo Ximenes Carneiro;

**3º Vice-Presidente:** Jarbas Ladeira;

**Corregedor-Geral:** Célio César Paduani;

**Superintendentes de Comunicação:** Alexandre

Victor de Carvalho, Antônio Armando dos Anjos;

**Secretário Especial da Presidência:** Luiz Carlos

Elói; **Secretária do Presidente:** Sidneia Simões;

**Assessor de Comunicação Institucional:** Ronaldo

Ribeiro; **Gerente de Imprensa:** Wilson Menezes;

**Editores e Jornalistas Responsáveis:**

Ione Bernadete Dias - RG nº 1929/MG e Patrícia

Melillo - RG nº MG 04592/JP; **Revisão:** Ione

Bernadete, Patrícia Melillo e Daniel Oliveira;

**Design Gráfico:** Shirley Moraes; **Fotolito e**

**Impressão:** Lastro Editora Ltda.

**Ascom TJMG:** Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

*E-mail:* [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

**Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:**

31 3289-2520

**Ascom Fórum BH:** 31 3330-2123

**Tiragem:** 20 mil exemplares

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

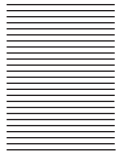


Rossana Souza

## Posse na Corregedoria

Os desembargadores Célio César Paduani e Alvim Soares tomaram posse nos cargos de corregedor-geral de Justiça e vice-corregedor, respectivamente, no último dia 3 de outubro. A cerimônia, realizada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), contou com a presença de magistrados, autoridades e familiares dos empossados. O presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, parabenizou os dois magistrados e desejou êxito na missão que os espera. Sérgio Resende cumprimentou ainda o desembargador José Francisco Bueno, que transmitiu o cargo a Célio César Paduani.





# TJ lança CD com sentenças mineiras



Rossana Souza

Para o desembargador Reynaldo Ximenes, o CD será uma valiosa contribuição para o meio jurídico

## Marcos Xavier

O inteiro teor de um grande acervo de sentenças dos juízes de Primeira Instância do Estado de Minas poderá, em breve, ser consultado pela comunidade jurídica. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), através da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), lança, este mês, um CD-ROM com uma coletânea de decisões dos magistrados de primeiro grau.

Para o superintendente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, trata-se de uma contribuição valiosa para o meio jurídico. "O Direito é criado justamente nessa fase de solução inicial do litígio", afirma, ressaltando que, com a divulgação das sentenças, os juízes de primeiro grau poderão dar uma contribuição mais efetiva para a comunidade jurídica.

Segundo Reynaldo Ximenes, "o manancial dos juízes mineiros é expressivo e a divulgação das sentenças será significativa para os profissionais do Direito."

Para a gerente de Jurisprudência e Publicações Técnicas, Rosane Brandão Bastos Sales, a divulgação do CD cria uma nova fonte de consultas para o operador do Direito e valoriza as sentenças dos magistrados mineiros.

## Consultas

No CD, as sentenças estão subdivididas por áreas do Direito e pelos assuntos a elas correspondentes. As consultas poderão ser feitas por palavras-chave, por artigos de lei, pelo número do processo, nome das partes e dos juízes.

A idéia inicial é distribuir os CDs para a comunidade jurídica e, posteriormente, disponibilizar todo o conteúdo das sentenças no *site* da Ejef, em forma de um banco de dados que será atualizado e alimentado constantemente para consulta.

**Com a divulgação das sentenças, os juízes de primeiro grau poderão dar uma contribuição mais efetiva para a comunidade jurídica"**

Rosane Sales acredita que, com essa iniciativa, mais um passo está sendo dado rumo à agilização da prestação jurisdicional no Tribunal de Justiça de Minas.

O CD-ROM foi organizado pela Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas (Gejur), ligada à Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged) da Escola Judicial, em parceria com a Editora Magister.

A Ejef agradece aos juízes que contribuíram na organização do CD e solicita a colaboração de todos nesse trabalho inovador.

Mais informações podem ser obtidas através do telefone (31) 3247 8950 ou pelo e-mail [gejur@tjmg.gov.br](mailto:gejur@tjmg.gov.br).

# Ejef realiza palestra sobre licitação

Wilson Menezes

“O servidor público deve ter como meta se aperfeiçoar caso não queira ficar obsoleto. O serviço público caminha para a profissionalização em detrimento de ações amadoras”. Com essas palavras, a diretora-executiva de Desenvolvimento de Pessoas, Mônica Sá, abriu a palestra/aula sobre “Licitações e Contratos Administrativos” que foi ministrada pelo juiz Jair Eduardo Santana. Cerca de 200 servidores estiveram presentes ao evento promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Jair Santana defendeu uma postura participativa dos gestores diante dos desafios apresentados. Para tanto, “a adoção do planejamento é uma importante ferramenta a ser utilizada para a formulação de metas, seu acompanhamento e execução”, destacou o magistrado.

Nesse cenário, o juiz lembrou um equívoco que algumas pessoas cometem ao pensar

que o “negócio” do Tribunal de Justiça é só julgar processos. Ele explicou que coexiste, com essa atividade-fim, a chamada área-meio que é a administrativa. Assim, as políticas de gestão devem ser voltadas para ambas as áreas.

E para auxiliar o planejamento, o juiz apresentou o Sistema de Apoio à Gestão (SAG) que oferece subsídios aos gestores, proporcionando-lhes conhecimento sobre a estrutura do Tribunal e comarcas, além de dar apoio à administração de recursos orçamentários, além de auxiliar a definição de metas e diretrizes gerais da Instituição.

## Licitação

Ao abordar os procedimentos licitatórios, o juiz Jair Santana ponderou que o gestor deve observar, com atenção, os princípios gerais e específicos antes de propô-los. Entre eles, efi-

ciência, economicidade, publicidade e legitimidade.

Assim, há etapas que devem ser seguidas. A primeira é a elaboração do projeto básico ou executivo que deve atender, criteriosamente, o interesse público, economia na execução, conservação e operação. Nessa fase, alguns aspectos devem ser analisados como a previsão de recursos, estimativa de impactos financeiros e cronograma, entre outros. Se a elaboração desse projeto não for bem fundamentada, a possibilidade de a licitação ser mal sucedida é grande.

A partir daí, descreve o juiz, deve-se escolher qual a modalidade a ser adotada: a tradicional, através de pregão, cartaconvite, além dos outros casos de dispensa. Como observou, no TJ, a compra direta (sem licitação) é a mais utilizada seguida dos pregões.

O magistrado apresentou um caso bem-sucedido de lici-

tação realizada pelo Tribunal de Justiça. Trata-se da compra de 4.500 computadores, com uma economia de mais de R\$ 3 milhões. Na negociação, houve uma redução do preço do equipamento por unidade, além da entrada no processo dos chamados “caronas” que são outros órgãos que também participaram do processo, comprando mais unidades, o que proporcionou a redução no preço final. Ao final, participaram 93 empresas públicas, sendo adquiridos 39.621 computadores.

## Contrato administrativo

Ultrapassada a fase da licitação, vem a fase da formatação do contrato administrativo que define com clareza os direitos, os deveres e a responsabilidade das partes envolvidas na prestação do serviço. O magistrado observou que a administração pública tem algumas prerrogativas no decorrer da vigência do contrato, como modificações, fiscalização, extinção e aplicação de penalidades. Cabe ao gestor assegurar a efetividade do serviço contratado.

Por fim, o juiz frisou que o gestor também deve ter em mente, diante do encaminhamento de licitações e contratações para o Poder Público, o compromisso com a chamada sustentabilidade. Ou seja, para a elaboração do projeto básico, devem-se buscar produtos e serviços que tenham características voltadas para o equilíbrio sustentável e com o objetivo de assegurar a todos uma existência digna e saudável.



Patrícia Mellio

Jair Santana defendeu uma postura participativa dos gestores diante dos desafios apresentados

# Justiça em Questão completa 100 edições

Marcelo Almeida

No último dia 23 de outubro, o programa *Justiça em Questão*, produzido pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), estreou sua centésima edição. Ao longo de mais de três anos, a produção abordou o universo de novas legislações e disputas jurídicas, destacando sempre os direitos e deveres dos cidadãos.

Na edição comemorativa, compareceram ao estúdio o desembargador Alexandre Victor de Carvalho e a jornalista Sidneia Simões, supervisora de Comunicação do TJMG. O programa apresentou ainda as opiniões do presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, e do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais (OAB-MG), Raimundo Cândido Jr, sobre a importância da TV como canal de comunicação do Poder Judiciário com a sociedade. Um advogado que coleciona as 100 edições do programa também foi entrevistado.

As reportagens, por sua vez, resgataram duas histórias abordadas em edições anteriores: a de um casal de lésbicas e o drama da hanseniana Antônia Ribeiro. As duas mulheres tentavam adotar juntas uma criança e o *Justiça em Questão* foi saber se elas já haviam conseguido. Já a hanseniana, moradora da Colônia Santa Isabel em Betim, pretendia receber uma pensão do governo federal e contou como está vivendo sem a ajuda que, depois de dois anos, ainda não foi paga.

O *Justiça em Questão* é exibido pelas emissoras de televisão Comunitária, Justiça e Horizonte – confira os dias e horários no box.

**TV Comunitária, canal 6 da Net e canal 13 da OiTV**

- Quinta-feira – 21h (estréia)
- Segunda-feira – 18h30 (reprise)
- Quarta-feira - 23h (reprise)

**TV Justiça, canal 7 da Net e canal 6 da OiTV**

- Sábado – 11h (estréia)
- Terça-feira - 5h (reprise)
- Quinta-feira - 10h30 (reprise)

**TV Horizonte, canal 19, UHF**

- Sábado – 12h30 (estréia)
- Domingo – 5h (reprise)
- Quarta-feira – 7h (reprise)
- Sexta-feira – 4h (reprise)



Raul Machado

O apresentador Marcelo Almeida entrevista o desembargador Alexandre Victor e a jornalista Sidneia Simões

## NOTAS

### Semana do Servidor

O TJMG realizou, no período de 4 a 8 de novembro, a 13ª Semana do Servidor, com o tema *De bem com a vida é bem melhor*. Bazar de artesanato, sorteio “Sou feliz a toda hora”, café da manhã do servidor, lançamento do programa “Viva bem - mudando sua postura de vida” e a 1ª Corrida e Caminhada do TJMG, movimentaram a semana de comemorações.

### Trabalhadores mirins

Os melhores desenhos e poesias dos jovens trabalhadores da Assprom, de Belo Horizonte e das comarcas do interior, concorrem ao 7º Concurso Artístico dos Trabalhadores Mirins do TJMG. Foram recebidos trabalhos dos que estão na ativa e daqueles que deixaram o Tribunal até o último semestre. O primeiro colocado de cada categoria ganhará um computador,

os segundos, um *microsystem* cada e quem se destacar na terceira colocação irá receber um MP4. A premiação será no dia 20 de novembro, no auditório do Anexo I - Rua Goiás, 229, Centro de BH. Informações: (31) 3237-6137.

### Registro de Nascimento

O TJMG participa, no período de 17 a 21 de novembro, da “Semana Nacional de Mobilização pelo Registro Civil de Nascimento”, que integra o plano nacional para o registro civil das pessoas naturais, incluído na agenda do Conselho Nacional de Justiça.

A campanha tem por objetivo garantir a certidão de nascimento às crianças e aos adultos que ainda não possuem o documento essencial para o exercício da cidadania. Durante a semana, juízes e registradores estarão mobilizados para garantir a certidão de nascimento a toda pessoa ainda não registrada.



## CONCILIAÇÃO



Marcelo Albert

Nos Juizados Especiais de Minas, magistrados têm conseguido reduzir o acervo processual

Marcelo Albert



A Semana da Conciliação envolve também as Centrais de Conciliação

# Juizados Especiais incentivam conciliação

Vanderleia Rosa

Os números vêm mostrando que a prática da conciliação está assumindo proporções dignas do lugar que deve ocupar na agenda dos operadores do Direito, especialmente na dos Juizados Especiais de Minas Gerais. Essa é uma previsão otimista de que na *3ª Semana Nacional pela Conciliação*, programada para o início de dezembro, vai ser superado o índice de acordos obtido nos anos anteriores. A *Semana pela Conciliação* envolve comarcas de todo Estado, incluindo as Centrais de Conciliação, os Juizados de Conciliação, o Magistrado Conciliador e a Conciliação de Precatórios, num grande mutirão pela paz social.

Apesar do aumento crescente do número de processos distribuídos nos Juizados Especiais de Minas, magistrados têm conseguido reduzir o acervo. Dados do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais indicam que, nos anos de 2006 e 2007, o número de processos julgados supera o número de processos distribuídos, o que é motivo de comemoração. Enquanto em 1996, início do funcionamento dos Juizados Especiais em Minas, o percentual de julgamento era de 42%, em 2007, esse índice chegou a 109%, o que atesta redução do acervo.

Dentre os vários Juizados Especiais que apresentaram média mensal elevada de julgamentos, no 1º semestre de 2008, estão os de Pará de Minas, Araxá e Coronel Fabriciano. A referência a esses Juizados levou em conta o elevado número de feitos distribuídos. Os magistrados responsáveis contam como é possível superar a demanda e descrevem suas rotinas de trabalho.

### Trabalho em equipe

A juíza Silmara Silva Barcelos, de Pará de Minas, que julgou a média mensal de 860 processos no 1º semestre de 2008, destaca que os resultados são fruto de um trabalho em equipe, onde todos estão focados num objetivo comum – atender bem. O Juizado comandado por ela se destacou também no número de acordos obtidos em audiências de conciliação. Para a média mensal de 585 processos distribuídos, o índice de conciliação foi de 68%. Silmara Barcelos informa que o Juizado conta com a servidora Vânia Maria Maia Cardoso, que coordena a conciliação, acompanhando de perto as audiências.

Outro Juizado Especial que apresentou

desempenho notável foi o de Araxá. A média mensal de processos julgados no semestre foi de 802. O juiz responsável, Miller Rogério Couto Justino, analisa os resultados obtidos como uma vitória coletiva. Ele explica que são colocadas metas para os servidores voltadas para a celeridade nos julgamentos: “Nosso objetivo é de que o número de processos julgados e findos seja maior do que o número de processos distribuídos. Trabalhamos imbuídos do espírito dos Juizados, de dar uma resposta rápida ao cidadão, por meio de sentenças objetivas. Estamos sempre reunidos, para comemorar as metas alcançadas, para avaliar e revisar o que for necessário”.

**D**ados do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais indicam que, nos anos de 2006 e 2007, o número de processos julgados supera o número de processos distribuídos

Também o Juizado Especial de Coronel Fabriciano, que tem à frente o juiz Augusto Vinícius Fonseca e Silva, obteve, no semestre, média mensal de julgamentos de 791 processos. Para ele, este desempenho deve-se a uma rotina de trabalho em que todos atuam afinados - juiz, secretaria, estagiários. “Trabalhamos muito e fazemos parte de uma só engrenagem. Nosso objetivo é melhorar sempre”, acrescentou. Augusto Fonseca destacou que, sempre que possível, ele sentenciava em audiência, atribuindo seu ritmo de trabalho à necessidade do Juizado e à sua paixão pelo Direito.

## Acordos em alta

Além do Juizado de Pará de Minas, os Juizados de Leopoldina e São João del Rei, afinados com a cultura da conciliação, demonstraram, em números, que o acordo é a opção mais acertada. No 1º semestre, a média mensal de acordos no Juizado de Leopoldina foi de 75% para uma distribuição mensal em torno de 385 processos. Já o Juizado de São João del Rei apresentou a média de 68% de acordos para cerca de 328 processos dis-

tribuídos por mês.

A juíza Tânia Maria Elias Chain, do Juizado de Leopoldina, atribui os bons resultados a vários fatores, dentre eles, conciliadores empenhados e envolvidos com a conciliação, compreensão e parceria dos advogados, apoio do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais de Minas e realização imediata de audiências. Defensora da conciliação, ela destaca que a solução criada pelas próprias pessoas tende a ser mais respeitada do que aquela que é imposta.

Na opinião do juiz Armando Barreto Marra, responsável pelo Juizado de São João del Rei, os números positivos se devem a uma dinâmica de trabalho desenvolvida no

Juizado. Informou que, nas audiências em que a conciliação mostra-se frustrada, ele vai até o local, conversa com as partes sobre os benefícios do acordo, pondera e consegue, muitas vezes, reverter o resultado. Informou ainda que são realizadas reuniões periódicas com a equipe, nas quais são discutidos os problemas e buscadas alternativas para aprimorar e agilizar o trabalho.

Outros Juizados de Minas também vêm envidando esforços para julgar um número cada vez maior de processos e acompanhar a tendência nacional da conciliação. Cada um em sua região, com suas peculiaridades, mas unidos num só objetivo – dar a resposta ágil que o cidadão espera.

Renata Mendes



Outra prática bem-sucedida é a conciliação de precatórios

## “ É conversando que a gente se entende ”

A frase classificada em primeiro lugar no concurso de frases sobre a conciliação, promovido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, prova que mineiro tem mesmo tendência para o acordo.

Também as Centrais de Conciliação, os Juizados de Conciliação, as Centrais de Precatórios do Tribunal de Justiça têm investido na cultura da conciliação. Conforme Relatório de Movimentação Processual, de janeiro a junho de 2008, o acordo tem sido a melhor escolha.

Nas Centrais de Conciliação de Belo Horizonte, foram realizadas 3.518 audiências, sendo que 1.915 terminaram em acordo (54%). Nas comarcas do interior, foram rea-

lizadas 21.139 audiências nesses seis meses, com índice de acordo em torno de 70%. As Centrais de Conciliação foram criadas para dar uma resposta rápida às demandas das partes e já são realidade em aproximadamente 250 comarcas.

Também criados para promover o acordo entre as pessoas, os Juizados de Conciliação, em parceria com diversas instituições, oferecem à sociedade apoio na resolução de seus conflitos de forma rápida, eficaz e gratuita, enquanto ainda não há uma ação judicial.

Minas Gerais conta, atualmente, com 322 postos de atendimento, sendo 67 postos em Belo Horizonte e 255 no interior. No 1º

semestre deste ano, foram registradas 2.514 novas reclamações, 504 reiterações e 180 retornos. Das conciliações realizadas nos Juizados de Conciliação da capital, 761 foram com acordo, 463 sem acordo e 383 tratavam-se de pedidos de orientação.

## Precatórios

Na Central de Conciliação de Precatórios (Ceprec) do Tribunal de Justiça, que atende a todo o Estado, foram realizadas, no primeiro semestre, 237 audiências conciliatórias visando ao pronto-pagamento de dívidas pelos entes públicos. O índice de acordo obtido foi de 100%.

Com o mesmo objetivo, foram realizadas 140 audiências itinerantes no interior do Estado pela Assessoria de Precatórios (Asprec) do TJMG. O índice de acordo também foi de 100%.



# TJMG aprimora redução de custos

Juliana Matos

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), ao longo dos anos, vem aplicando estratégias para contenção de gastos. Com a informatização, os processos de licitação e os malotes, o Tribunal tem conseguido reduzir custos significativos para o Poder Público.

A instituição do Diário do Judiciário Eletrônico, eliminou a assinatura do jornal *Minas Gerais* para cada uma das 775 varas do Estado e significa uma economia de aproximadamente R\$ 600 mil por ano. O alvará de soltura eletrônico, que foi instalado como piloto nos 15 presídios de Belo Horizonte, não teve custos iniciais e economizou na utilização de papel. O Sistema CNJ de processo judicial eletrônico (antigo Projudi) é outro exemplo. Há, hoje, cerca de 15 mil processos totalmente sem papel. De acordo com o desembargador da 8ª Câmara Cível, Fernando Botelho, integrante do Comitê Gestor de Tecnologia do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), "é preciso que, no serviço público, essas ações tenham organização, planejamento estratégico e continuidade. Se nós aliarmos o planejamento estratégico da tecnologia da informação do

**C**ontando com a informatização, os processos de licitação e os malotes, o Tribunal tem conseguido reduzir custos significativos para o Poder Público

TJMG ao dos outros tribunais, nós teremos, sem dúvida nenhuma, uma Justiça mudada em curto prazo".

## Licitação e contratos

A área de licitação e contratos administrativos foi recentemente reconhecida e premiada em âmbito nacional. O procedimento criado pelo TJMG para registro de preços para a compra de computadores foi utilizado em outros órgãos públicos do país, repre-

sentando uma economia nacional de mais de R\$ 3 milhões. O juiz da 2ª Vara Cível de Santa Luzia, Jair Eduardo Santana, professor do Centro Ibero Latino-Americano de Administração e Direito (Cebrad), que ministra cursos sobre gestão fiscal responsável, licitações, orçamentos e controle da Administração Pública, ressalta que "a otimização de resultados passa necessariamente pelo planejamento constante e pelo acompanhamento fiel da contratação. Conhecer o seu próprio negócio nas dimensões 'meio e fim' é algo importante para que se possa adotar uma postura inclusiva, participativa e sistêmica. É correto que - precedida a ação administrativa de planejamento sistêmico - os ganhos para o Poder Público acabem vindo com naturalidade".

## Expedição de Documentos

Já a área de Movimentação e Expedição de Documentos (Comex) trabalha com os malotes para viabilizar a economia do TJMG. Esse serviço é feito por funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), coordenados pela Comex, e atende a todos os prédios do Tribunal de Justiça na capital e no interior. Conforme cálculos desenvolvidos pela equipe de economistas da ECT, por solicitação da Comex, considerando as melhores condições envolvidas no encaminhamento do documento, o envio por malote pode alcançar o custo de R\$ 0,04 (referente a maio/2008). A coordenadora de Movimentação e Expedição de Documentos, Cláudia Lacerda Lodi, conclui que "como a tramitação é toda interna, apenas entre setores do Tribunal, pode dispensar a utilização de envelopes, conferindo maior caráter de economicidade ao serviço. Note-se aqui, a responsabilidade social no que se refere à sustentabilidade".

Marcelo Albert



Para o desembargador Fernando Botelho, o planejamento estratégico da tecnologia da informação do TJMG deve ser aliado ao de outros tribunais



# Sensível às necessidades dos juízes



Rossana Souza

Célio César Paduani se diz preocupado com o excesso de processos em tramitação nas comarcas de Minas Gerais

Francis Rose

Ouvir o que os magistrados têm a dizer e buscar soluções para o grande volume de trabalho dos juízes. Essas são algumas das ações que o desembargador Célio César Paduani pretende colocar em prática à frente da Corregedoria-Geral de Justiça. O magistrado tomou posse no cargo de corregedor-geral de Justiça em 3 de outubro, depois de atuar como vice-corregedor durante dois anos. Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) desde 1999, Paduani também foi juiz do extinto Tribunal de Alçada, promotor de Justiça e jornalista profissional. Com diversos livros publicados sobre Filosofia, Direito e poesia, o desembargador não esconde seu gosto pela literatura e pelo trabalho no magistério. A atuação na Corregedoria-Geral de Justiça, que tem funções administrativas, de orientação, fiscalização e disciplinares, a serem exercidas junto a 877 juízes e a cerca de 3,1 mil cartórios em todo o Estado, não assusta o novo corregedor: “Sinto-me preparado para o cargo. Nunca desanimei diante de nada. Sempre há pedras no meio do caminho”.

**TJMG Informativo - Qual a sua expectativa em relação ao trabalho à frente da Corregedoria-Geral de Justiça?**

**CCP -** Pretendo continuar a obra excelente, serena e racional do desembargador José Francisco Bueno. Ele foi um cor-

regedor extremamente moderado, porém, firme em suas decisões.

**TJMG Informativo - Qual o papel da Corregedoria-Geral de Justiça?**

**CCP -** A Corregedoria-Geral

de Justiça tem como missão fundamental a orientação a magistrados de primeiro grau. Ela atua, por exemplo, quando há representações feitas contra magistrados. Um juiz auxiliar verifica a procedência das informações. Na maioria dos casos, no entanto, as representações são arquivadas por não terem comprovação. São casos raros em Minas Gerais, porque os juízes do Estado são ótimos.

**TJMG Informativo - O presidente Sérgio Resende anunciou que a 1ª Instância será prioridade em sua gestão. Que necessidades o sr. acredita que a 1ª Instância tem e que poderão ser contempladas pela Corregedoria?**

**CCP -** Apóio inteiramente a filosofia administrativa do presidente Sérgio Resende. Acredito que uma das necessidades da 1ª Instância é a de ter maior segurança. No Fórum Lafayette, por exemplo, há vigilância em todas as áreas. Outro fator que me preocupa é o excesso de processos em tramitação nas comarcas. Tenho o entendimento de que os magistrados deveriam ter um assessor e um assistente. Outra preocupação é em relação ao número de magistrados do Estado. Boa parte das comarcas está sem juiz. Logicamente, sobre todos esses assuntos, quem decide é o presidente.

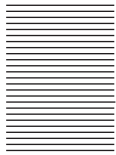
**TJMG Informativo - Quais serão as ações da Corregedoria?**

**CCP -** Vamos manter os encontros regionais com os juízes do interior. O Estado é muito grande e é preciso ouvir as reivindicações dos magistrados. Muitos estão isolados em suas comarcas. A Corregedoria também vai se encontrar com os oficiais de Justiça e com os serventuários do Fórum Lafayette. Eu gostaria ainda de criar uma *intranet* em cada cartório. Isso melhoraria o trabalho, tornando a consulta mais fácil.

**O Estado é muito grande e é preciso ouvir as reivindicações dos magistrados. Muitos estão isolados em suas comarcas”**

**TJMG Informativo - Quais os interesses de Célio César Paduani fora do Tribunal?**

**CCP -** Gosto muito de ler, particularmente filosofia. Escrevo desde os 17 anos e tenho vários livros publicados. Sou torcedor do Botafogo e não tenho preferência por nenhum time mineiro, porque todos são ótimos. Também gosto muito de dar aulas, atividade a que me dedico há vários anos. Não tenho nenhum lazer propriamente dito. Gosto de cinema, sobretudo de filmes europeus, mas tenho ido pouco assisti-los nos últimos tempos.



# Justiça e Saúde abordam drogas na adolescência

Reinaldo M. Gomes e Ione Bernadete

Nos últimos 18 meses, o envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas registrou um aumento de quase 200%. A informação é da juíza titular da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, Valéria Rodrigues, que alerta: “Se os órgãos públicos não tomarem uma providência no sentido de reverter esse quadro, haverá no futuro uma crise social muito grande”.

**Que esse primeiro encontro se transforme em fórum permanente interinstitucional de debates e parcerias”**

Com esse entendimento, a magistrada aplaudiu a realização, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), do Seminário Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) e Desenvolvimento Infanto-Juvenil: Saúde e Justiça”, que, nos dias 9 e 10 de outubro, discutiu o tráfico e a dependência de drogas psicoativas na adolescência e ações preventivas e de tratamento para esses jovens em conflito com a lei. O evento foi promovido pela Vara Infracional da Infância e da Juventude e pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e

contou com o apoio do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP) e da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do TJMG.

Na opinião de Valéria Rodrigues, o Seminário é uma forma de reunir profissionais do Direito e técnicos da saúde que trabalham com o sistema juvenil para buscar medidas que impeçam o envolvimento dos adolescentes com as drogas ou a sua reincidência no consumo delas. “Não adianta apenas o juiz aplicar a medida sócio-educativa sem a interação com psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e psiquiatras. Se não houver uma linguagem comum entre os profissionais nenhum tratamento terá eficácia”, observa.

## Tratamento

A juíza defende ainda a criação, em Belo Horizonte e no Estado, de locais com políticas exclusivas voltadas para tratamento e desintoxicação de adolescentes usuários de drogas. “Não temos em Minas Gerais um hospital ou ambulatório eficiente de tratamento de adolescentes”, reclama. Como solução alternativa a magistrada citou a parceria firmada entre o Poder

Judiciário e a organização não governamental *Abrço*, para onde, através do Projeto Superação, são encaminhados os menores infratores pela Vara Infracional de Belo Horizonte.

Os dados apresentados pela magistrada são reforçados pelo juiz da Vara Infracional, José Honório de Rezende, que participou do Seminário como um dos facilitadores. Segundo ele, de cada 10 adolescentes apreendidos por cometimento de ato infracional, sete têm uma relação direta com o tráfico de drogas. Entre as principais infrações registradas, destacam-se o comércio do produto, homicídios em função de disputa por pontos de venda, assaltos a mão armada e o uso próprio. Questionado sobre as razões para esse cenário alarmante, ele

explica: “O tráfico apresenta retorno muito rápido de dinheiro e oferece ao adolescente os recursos para o consumo. Além disso, ele tem uma ascensão no meio social em que vive. A comunidade passa a vê-lo de forma diferente”.

## Integração

A chefe do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFMG, professora Cleonice de Carvalho Coelho Mota, ressalta a importância dos dois sistemas, Judiciário e Faculdade de Medicina, que sustentam a ação justiça e saúde, centrarem a atenção na criança e no adolescente como ocorreu durante o Seminário.

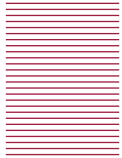
Ela sugere que esse primeiro encontro se transforme em um fórum permanente interinstitucional de debates e parcerias. “A universidade precisa ser presença constante nesse processo para resguardar o seu papel na educação, tanto da infância e da juventude, como também na formação e capacitação dos profissionais que vão atuar na área,” conclui a professora.

O Seminário foi promovido pela Vara Infracional da Infância e da Juventude e pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, do TJMG

Renata Mendes







# Normas Processuais Penais em debate no TJ

Ione Bernadete

As novas regras introduzidas no Processo Penal brasileiro, tema que vem sendo muito discutido pela comunidade jurídica desde a entrada em vigor das leis 11.689, 11.690, 11.790 e outras recentes, foram alvo de Seminário no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e transmitido através de videoconferência para as cidades de Uberlândia, Montes Claros e Varginha, no dia 17 de outubro.

O evento lotou o auditório do TJMG, em Belo Horizonte, e, além de apresentar os estudos realizados por magistrados mineiros sobre as inovações legislativas na área penal, prestou uma homenagem à desembargadora Myriam da Conceição Saboya Coelho, aposentada em 2001.

## Presenças

O 2º vice-presidente do TJ e superintendente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, representou o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Sérgio Resende, na abertura do evento, ao lado dos desembargadores Baía Borges, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE); Antônio Marcos Alvim Soares, vice-corregedor-geral de Justiça, representando a Corregedoria-Geral de Justiça; Márcia Maria Milanez, coordenadora do Centro de Estudos Ronaldo Cunha Campos; Myriam da Conceição Saboya Coelho, desembargadora homenageada,

e do juiz Nelson Missias de Moraes, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

Em seu pronunciamento, o desembargador Reynaldo Ximenes revelou que a homenagem prestada à desembargadora Myriam Saboya, patrona do evento, “tem o sentido de reconhecimento do mérito da eminente colega, que, concursada em 1965,



Renata Mendes

A desembargadora Márcia Milanez presta homenagem à desembargadora aposentada Myriam Saboya em nome do TJMG

ingressou na magistratura em 1966, época de reconhecidas dificuldades para a magistratura...”

Ele enfatizou ainda que “a desembargadora está entre as primeiras mulheres a ingressar na magistratura mineira, responsável, por conseguinte, pela abertura do caminho a tantas outras, que hoje, como ela, engrandecem o Judiciário de Minas Gerais e se encaminham para se tornar maioria no quadro de magistrados.”

A desembargadora Márcia Milanez

prestou homenagem à colega aposentada entregando-lhe uma Medalha em nome do Tribunal de Justiça, que também lhe ofereceu flores, entregues pela diretora executiva de Desenvolvimento de Pessoas da Ejef, Mônica Sá.

O juiz Nelson Missias, em nome dos magistrados mineiros, entregou à homenageada uma placa, aderindo “à justa homenagem que a Ejef do TJMG tributa à V.Exa., indicando-a como patrona do seminário sobre Normas Processuais Penais, em reconhecimento aos inestimáveis serviços que prestou à Justiça Mineira.”

## Debates

Na parte da manhã, os desembargadores Antônio Carlos Cruvinel e Márcia Milanez e o juiz Leopoldo Mameluque debateram o tema *O Novo Procedimento do Júri*.

Os juízes Herbert Carneiro, Maria Luisa de Marilac Alvarenga Araújo e a desembargadora Márcia Milanez falaram sobre *As Reformas no Processo Penal e a Execução da Pena*.

O seminário prosseguiu à tarde, com os juízes Bruno Teixeira Lino, Walter Luiz de Melo e o desembargador José Geraldo Saldanha, que abordaram o tema *Prova no Processo Penal - Lei 11.690/08*.

O professor de Direito da PUC Minas, Felipe Martins Pinto, e os desembargadores José Geraldo Saldanha da Fonseca e Fernando Starling encerraram o evento com palestra sobre *Defesa Preliminar*.



## CULTURA

*Cinzas e Diamantes* é uma reflexão sobre a sociedade polonesa no pós-guerra



## Obra-prima de Wajda no *Cineclube TJ*

O próximo filme a ser exibido no *Cineclube TJ* é a obra-prima do polonês Andrzej Wajda: *Cinzas e Diamantes*.

O Leste europeu, depois da 2ª Guerra, revelou um bom número de grandes diretores. Mas, Andrzej Wajda é um dos maiores – senão o maior de todos – entre eles. Nascido em 1926, ele continua filmando até hoje, mas este trabalho que encerrou a sua trilogia sobre a guerra, feito em 1958, permanece sendo sua principal obra.

A trilogia começou com *Geração*, falando dos espantos e descobertas de um grupo de adolescentes sobre a chegada da guerra e da morte. Depois, *Kanal* refletiu dolorosamente o fracasso da revolta no gueto polonês, com milhares de combaten-

tes morrendo nas galerias subterrâneas de esgoto de Varsóvia ou, quando saíam, sendo fuzilados pelos alemães.

Finalizando a série, Wajda fez uma aguda reflexão sobre a multifacetada sociedade polonesa no pós-guerra, seus impasses e desencontros e a própria busca de um sentido para a existência por parte de seus heróis. Trata-se de um filme notável, um dos maiores de toda a história do cinema.

Quem acompanha um pouco da história polonesa sabe que o país continua dividido entre uma maioria católica e uma outra parte que se aproximou dos ideais socialistas, gerando diversas nuances e correntes. Os próprios defensores de uma maior proximidade com a Rússia ainda permanecem influentes e numa proporção considerável.

As cicatrizes do pacto entre a Rússia e a Alemanha antes da guerra ainda não foram fechadas, tanto que o último filme de Wajda, que está sendo lançado agora no Brasil, *Katlyn*, fala do final da guerra, quando os russos teriam fuzilado cerca de 20 mil oficiais poloneses, destruindo qualquer resistência à comunização do país.

*Cinzas e Diamantes* vai ser exibido no dia 27 de novembro, às 19h, no auditório do Anexo II do TJMG – rua Goiás, 253, 3º andar, Centro de Belo Horizonte.

A sessão será aberta com uma rápida apresentação sobre a importância da obra e seus principais aspectos, tudo seguido - depois do filme -, de um debate sobre as impressões dos presentes em torno da obra de Wajda.

Claudiney Pessoa

## CLICK DO LEITOR



O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no município de Teresópolis (RJ), região turística conhecida como Serra Imperial (por ter abrigado no passado as residências oficiais de Dom Pedro II e família - Museu Imperial em Petrópolis), é constituído de uma cadeia de montanhas de raro apelo estético e paisagístico, embevecendo a quantos a contem-plem, principalmente do ponto privilegiado do mirante conhecido como Vista Soberba. Não há quem não se encante com o capricho da natureza ao esculpir, ao longo de milênios, formações rochosas tão singulares e expressivas como o famoso Dedo de Deus (foto), que torna inequívoca, a presença constante, soberana e indelével do Criador.

Claudiney Pessoa - Oficial de Justiça Avaliador/ Comarca de Santa Bárbara

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

**TJMG**

Impresso Especial  
7312594204 - DR/MG  
TJMG  
CORREIOS

IMPRESSO